



A FRONTEIRA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA ILEGAL PARA O DEPARTAMENTO FRANCÊS

THE AMAPÁ-FRENCH GUIANA FRONTIER: NOTES FOR THE STUDY OF BRAZILIAN ILLEGAL MIGRATION FOR THE FRENCH DEPARTMENT

Leone Araújo Rocha¹

Resumo: Pretende-se neste artigo realizar uma discussão sobre o estudo da migração ilegal de brasileiros para a Guiana Francesa, um departamento ultramarino francês. Primeiramente é realizado um levantamento histórico desta região de fronteira buscando ressaltar a série de conflitos existentes que de certa forma moldaram a relação entre Brasil e este departamento. Em seguida, um breve relato das abordagens já realizadas no estudo desse movimento migratório. Por fim, será exposto o viés pelo qual se lançará o olhar sobre o fenômeno da migração ilegal para a Guiana Francesa.

187

Palavras-Chave: fronteira, migração ilegal, brasileiros, Guiana Francesa

Abstract: This article intends to present a discussion about the study of the illegal migration of Brazilians to French Guiana, a French overseas department. First, a historical survey of this border region is carried out, seeking to highlight the series of existing conflicts that in a way shaped the relationship between Brazil and this department. Following is a brief account of the approaches already taken in the study of this migratory movement. Finally, the bias through which the phenomenon of illegal migration to French Guiana will be cast will be exposed.

Key words: border, illegal migration, Brazilians, French Guiana

A fronteira Amapá-Guiana Francesa possui uma longa história de conflitos e desconfianças que remete ao passado colonial brasileiro na interação com o hoje departamento ultramarino francês. Conhecer a história dessa fronteira é necessário para a compreender seu estado atual bem como os processos e práticas que permeiam a interação fronteiriça que apenas recentemente tornaram-se objeto de atenção por parte dos governos brasileiro e francês (GRANGER, 2014). Assim ocorreu pois “De fato, a desconfiança, compartilhada pelos brasileiros como pelos franco-guianenses, caracterizou a percepção mutual de cada lado da fronteira durante a maior parte do século XX” (GRANGER, 2014, p. 49-50). Os entraves para a

¹ Mestrando no PPG em Estudos de Fronteira-UNIFAP e Antropólogo do INCRA.



cooperação Amapá-Guiana Francesa parecem persistir no atual século XXI, haja vista que a Ponte Binacional Franco-Brasileira ligando as cidades de Oiapoque (Amapá) e Saint – Georges (Guiana Francesa), idealizada em 1997, foi inaugurada somente em março de 2017 sem a presença de Ministros de Estado de ambos os países, depois de construída há seis anos (G1 – Amapá, 2017).

A Guiana Francesa compõe a República Francesa desde o novo estatuto de 1946 que substituiu o estatuto colonial (GRANGER, 2014). Já o Amapá tornou-se um estado somente a partir da Constituição Brasileira de 1988, quando deixou de ser um território federal. Mas a história de ocupação desses territórios remonta ao século XVII. Caiena, hoje capital do departamento ultramarino francês, foi fundada pelos franceses em 1634. A Capitania do Cabo Norte, com sua área correspondendo ao atual Amapá, foi fundada pelos portugueses em 1637 como projeto de consolidação da colonização na margem esquerda do baixo Amazonas (GOES, 1991). A partir de então as interações fronteiriças estabeleceram-se, bem como uma série de conflitos em torno da definição dos limites dessa fronteira, como será visto mais à frente neste texto. Atualmente estima-se que a presença de brasileiros na Guiana Francesa ultrapasse os 10% da população local (GRANGER, 2012).

O presente trabalho pretende realizar um breve levantamento histórico desse espaço de fronteira tendo como primeiros marcos de delimitação temporal a ocupação colonial do território fronteiriço até a solução do contestado franco-brasileiro em 1900. Trata-se aqui de uma contextualização histórica necessária para o entendimento da situação atual na fronteira, como já afirmado. Em seguida, será abordado o desenvolvimento da relação Amapá-Guiana Francesa ao longo do século XX e neste início do século XXI. Uma vez estabelecido os parâmetros contextuais dessa relação, adentra-se na problematização da migração de brasileiros para a Guiana Francesa, fato este permeado pelo histórico de desenvolvimento e ocupação da fronteira e fortemente enraizado na cultura local (PINTO, 2008). Pretende-se aqui delinear e expor os primeiros resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Mestrado em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá ainda em andamento no ano de 2017.



A fronteira Amapá-Guiana Francesa: da ocupação colonial até a resolução do contestado em 1900

A Amazônia brasileira é considerada um milagre por Joaquim Nabuco. Isto porque no período colonial o Estado do Grão-Pará, responsável pela ocupação amazônica, tinha relações diretas com a metrópole portuguesa possuindo independência administrativa quanto ao restante da colônia. A unificação ocorreu em 1774 pelo Marquês de Pombal, mas até o final do século XVIII na Inglaterra a parte lusitana da América do Sul era conhecida como “os Brasis”. Por esses motivos a unificação do território brasileiro que se manteve mesmo com a independência e formação do império em 1822 é um fato admirável (GOES, 2013).

O rio Amazonas foi descoberto em 1499 por navegantes espanhóis. Paira a dúvida se essa descoberta foi realizada por Américo Vespúcio ou Vicente Yañes Pinzón. O Tratado de Tordesilhas passava pela foz do rio e o seu prolongamento ocupava o lado oeste do tratado, garantindo domínio espanhol, mas quem ocupou suas margens bem como a bacia hidrográfica do rio Amazonas foram os portugueses (GOES, 1991).

A região litorânea norte da América do Sul, comendo-se pelo Brasil e pela região das guianas não foi ocupada no século XVI pelas dificuldades territoriais, apesar de todo processo de expansão marítima europeia desse século. Em 1616 foi fundado o Forte do Presépio que deu origem a povoação de Nossa Senhora de Belém. Este acontecimento foi um esforço da coroa portuguesa para ocupar a região e pôr fim ao sonho francês de criar uma “France Equinoxiale” presente no núcleo de São Luiz (GOES, 1991). Os franceses saíram do território português e a partir de então estabeleceram sua ocupação na Amazônia na atual Guiana (CAVLAK, 2017). Quanto a existência de estrangeiros na região amazônica, afirma Goes (1991, p. 81) que:

Nas proximidades da grande reentrância amazônica, havia estabelecimentos holandeses, ingleses, franceses (tanto Jaime I da Inglaterra como Luiz XII da França haviam “doado” a seus nacionais terras entre o Essequibo e o Amazonas). Só por volta de 1645, conseguiu-se expulsar todos os estrangeiros das proximidades do delta amazônico. A região nunca foi prioritária para esses países, então já mais poderosos que Portugal. Com os franceses estabelecidos na Guiana (fundaram Caiena em 1634), bloqueou-se a



expansão portuguesa pela costa norte; mas estava livre a entrada pelo Amazonas, que conduzia até o âmago do continente.

Em 1622 o Estado do Maranhão foi criado com capital em São Luiz diretamente subordinado a Lisboa. Essa subordinação direta ocorreu como tentativa de superar as dificuldades de comunicações entre a costa norte e Salvador. O Estado passou a se chamar “Estado do Grão-Pará e Maranhão” e em 1737 sua capital foi transferida para Belém por sua melhor posição estratégica e econômica. Sua unificação ao restante da colônia ocorreu em 1774 (GOES, 1991).

Quanto ao caráter da ocupação portuguesa em torno do rio Amazonas, importantes são as palavras de Cavlak (2017, p. 2) ao afirmar que:

O povoamento português na região norte da Amazônia ganhou fôlego após as incursões estrangeiras no século XVI, como se a região, desde os primórdios da soberania lusitana, estivesse ligada a defesa e a proteção, mais do que a produção econômica *per si*. Uma colonização igualmente tardia em relação a grande parte da América portuguesa, fato que imprimiu um caráter peculiar ao Amapá e ao entorno regional.

190

Quanto a ocupação da Amazônia, papel decisivo desempenhou Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, então ministro de D. José I e responsável pela reforma administrativa que pretendida modernizar Portugal em 1750. Pombal criou a capitania do Grão-Pará e Maranhão e nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como chefe do governo e iniciou efetivamente o processo de colonização amapaense. Houve a importação de centenas de casais da Ilha dos Açores, implementando a formação de soldados-colonos que tinham como objetivo “povoar, defender e fazer do Amapá um exemplo de desenvolvimento para o restante da capitania e para os outros povos fronteiriços” (CAVLAK, 2017, p. 3). Ainda tratando da história do Amapá, Cavlak (2017, p. 3) afirma que:

Entre 1752, chegada dos primeiros açorianos, e 1800, quando se concretizou a tendência de estagnação da empresa, muitas experiências foram efetivadas, como o desembarque sucessivo de novos colonos, a utilização da mão de obra indígena e escrava negra, a elevação do povoado de Macapá para Vila, a exportação de muitos alimentos para Belém, a construção da Fortaleza de São José, a espetacular transferência da cidade marroquina de Mazagão para o Amapá e a diminuição da atividade econômica no final daquele século, marcado pelo incremento da fuga de escravos construção de quilombos e mocambos, e o despovoamento (GOMES, 1999). A



queda de Pombal em 1777 e as contradições internas da colônia podem ser apontadas enquanto as principais causas para o refluxo.

Vimos como as ocupações estrangeiras no território português foram importantes para o processo de colonização da Amazônia. Afirma Granger (2012, p. 22) que “No final do século XVII, aproveitando a indiferença espanhola em relação às Guianas, a soberania dos europeus do nordeste impôs-se definitivamente na parte setentrional, permitindo a criação das Guianas britânica, holandesa e francesa”, possibilitando assim invasões e projetos de expansão por parte dessas potências na colônia portuguesa.

A Guiana Francesa estava mais próxima do rio Amazonas, mas o limite entre as colônias francesa e portuguesa não estava demarcado. O rei da França afirmava que a soberania francesa se estendia ao longo dos rios Orinoco e Amazonas. Mas os portugueses, então subordinados à Espanha entre 1580 e 1640, receberam da coroa espanhola a capitania do Cabo do Norte até o rio Oiapoque que era o limite do povoamento francês e assim adentrando no território pretendido pelo rei francês, como afirma Granger (2012). Este autor explana ainda que “As duas soberanias sobrepujam-se, e numerosos conflitos violentos ocorreram entre religiosos, caçadores de escravos e soldados franceses e portugueses durante o século XVII”. Conta ainda o autor que:

À procura de voa vizinhança, os soberanos francês e português, após um primeiro tratado de neutralização em 1700, aceitaram como fronteira, no tratado de Utrecht em 1713, um rio “japoc ou Vicente Pinção” nunca localizado com precisão, já que vários rios tinham esses topônimos em mapas ainda não muito precisos. Para os portugueses, só podia tratar-se do rio Oiapoque, o que negavam os franceses para os quais este rio deveria corresponder a outros mais próximos do cobiçado Amazonas; reivindicavam em primeiro lugar o Cassiporé, o Calçoene e finalmente, influenciados pelo cientista La Condamine, que tinha percorrido a região, o Araguari, que deságua no estuário do Amazonas, enquanto o tratado reconhecia a plena soberania deste aos portugueses junto com o Cabo do Norte (GRANGER, 2012, P. 23)

Com as vitórias dos franceses nas guerras napoleônicas após a revolução francesa em 1789, Portugal sofreu a imposição do estabelecimento da fronteira no rio Calçoene no tratado de Paris em 1797. Em seguida, o limite foi estabelecido no rio Araguari em 1801 pelo tratado de Badajós em 1801, recebendo sua confirmação no



tratado de Amiens em 1802, anexando a região que passou a ser chamada de “Contestado”, estendendo assim a região da Guiana Francesa. Contudo, “a fraqueza de suas instalações na região seria uma forte desvantagem frente aos portugueses, aliado aos ingleses na luta contra o imperador dos franceses Napoleão 1º” (GRANGER, 2012, p. 23). Na invasão napoleônica de Portugal em 1808, o regente D. João e a Corte procuraram refúgio na capital da colônia brasileira, Rio de Janeiro. Com o apoio da Inglaterra, que objetivava dominar todo o Caribe e percebendo a fraqueza da colônia francesa, o regente de Portugal, posterior rei D. João VI, realizou a invasão da Guiana Francesa, “tanto para vingar a invasão da metrópole portuguesa como para fixar definitivamente a fronteira setentrional no rio Oiapoque” (GRANGER, 2012, p. 23). A Guiana Francesa foi então facilmente conquistada e ocupada em 1809, mas não foi anexada ao Brasil. Com a queda de Napoleão 1º em 1815, ocorreu a restituição da Guiana Francesa à França pelo tratado de Paris em 1817, colocando a fronteira no rio Oiapoque com dados geográficos precisos, o que desagradou os franceses pela distância ao rio Amazonas. Com os episódios turbulentos da independência do Brasil em 1822, os franceses realizaram nova tentativa de extensão ao rio Araguari (GRANGER, 2012).

192

A região do contestado se configurou como atrativo polo para quilombolas e refugiados brasileiros, já que a região não contava com “a intromissão de capitães de mato e o medo da escravidão ou destruição de seus quilombos, pois força policial era virtualmente proibida de adentrar o território neutralizado” (CAVLAK, 2017, P. 15). Apesar dessa situação e do expansionismo francês, o então império brasileiro nada fez para remediar esses fatos até 1880 quando:

O avanço informal francês para dentro da zona em disputa alimentou a ambição de um grupo de garimpeiros, pequenos colonos e comerciantes franceses de estabelecerem finalmente uma soberania de fato e de direito. Assim, em 1884, surgiram as primeiras notícias em Belém de que uma nova entidade política havia surgido no território contestado, chamada de República do Cunani (CAVLAK, 2017, p. 16)

A queda da monarquia brasileira em 1889 deixou os habitantes do Cunani em Calçoene em segundo plano, fato que mudou com a descoberta de jazidas de ouro



no lugar em 1893. Cavlak (2017, p. 17) afirma que “A partir daí, uma corrida de gentes transformou momentaneamente o território neutralizado e o Amapá, sobretudo a região de Calçoene, local dos maiores veios auríferos”. Continua o autor afirmando que:

Uma nova configuração política acompanhou essa transformação econômica. A administração de Belém, em 1894, parece ter sustentado um triunvirato eleito localmente para governar a vila de Amapá, epicentros dos acontecimentos, e as terras abarcadas pela República do Cunani. Foi anulada a administração francesa de Eugene Voissen e nomeado o capitão Desidério Antônio Coelho, que alçaria então para compor com ele a administração o cônego Domingo Maltez, e o comerciante e perseguido político Francisco Xavier da Veiga Cabral, mais conhecido como Cabralzinho (CAVLAK, 2017, p. 17).

Como reação ao triunvirato, os franceses reforçaram a república insurgente, e nomearam para sua presidência um escravo brasileiro que veio do interior do Pará. Ele era conhecido como Trajano. Ainda segundo Cavlak (2012, p. 17), “A escolha de um brasileiro no lugar de um francês se justifica pelo objetivo de cativar a população brasileira, principalmente quilombolas e demais negros e mulatos”. Esse novo líder foi preso pelo triunvirato recebendo a acusação de traição, bem como outros moradores foram encarcerados e tiveram seus direitos econômicos perdidos. Como resposta, soldados residentes na Guiana partiram em delegação sob o comando do capitão Lunier desembarcando na vila de Amapá, conhecida como Mapá entre os franceses. Cogita-se que o capitão Lunier deu voz de prisão a Veiga Cabral, “sofrendo resistência do mesmo e sendo morto com um tiro. Uma refrega seguiu-se então entre as forças que acompanhavam o capitão e as de Cabralzinho, resultando 33 mortes do lado brasileiro e 14 do lado francês” (CAVLAK, 2017, p. 19). Assim, Cabralzinho, monarquista inimigo da república no Pará, após os acontecimentos de 1895 na vila de Amapá, tornou-se herói da república brasileira.²

Este conflito adquiriu um desdobramento que pôs um ponto final quanto a questão fronteira do Contestado ao suscitar uma arbitragem internacional em Berna, Suíça, em 1900. As delegações brasileiras e francesas se reuniram no local para

² Para mais detalhes sobre a história e a construção do mito em torno de Cabralzinho conferir a obra *Cabralzinho: a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense* de Jonathan Viana e Diovani Silva, 2012.



estabelecer de uma vez por todas a soberania entre o rio Calçoene e o rio Oiapoque. Do lado brasileiro, brilhou a figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que com um vasto material comprobatório, levou a melhor sobre os adversários franceses garantindo as terras do Contestado como pertencentes ao Brasil na expedição do laudo suíço (CAVLAK, 2017, p. 21).

Amapá e Guiana Francesa no século XX e início do XXI: entre cooperação e barreiras

A geopolítica militar brasileira se consolidou no século XX como escola influente em decisões políticas no Estado nacional. Partindo da ideia de fronteiras vivas, em contato com outros povos, em oposição às fronteiras mortas (despovoadas), principalmente localizadas na Amazônia e com perigo de ocupação por outras nações. A primeira constituição republicana do país de 1891 atribuiu ao Estado a totalidade da faixa territorial fronteira como necessidade à defesa do país. Em 1934 o presidente Vargas militarizou a Comissão demarcadora de limites, estabelecendo uma faixa de 150 quilômetros que foi confirmada pelas próximas constituições. Como afirma Granger (2014, p. 51), “os brasileiros rapidamente entenderam o perigo para a soberania nacional dessas fronteiras em lugares despovoados, como era o caso da fronteira com a Guiana Francesa”.

Nesse contexto de afirmação territorial, em 1927, o general Cândido Rondon, um especialista das missões de fronteira, recebeu a incumbência de inspecionar as longínquas fronteiras guianenses, incluindo o Oiapoque. O general elaborou um relatório 27 anos após a vitória no Contestado atestando uma forte influência francesa sobrepondo à influência brasileira, criando uma cultura original. Granger (2014, p. 54) afirma que “A supremacia da cultura e economia francesa na região se explica então pela ausência do estado brasileiro mais do que a atitude ou a política da população francesa, muito pouco numerosa na verdade na região”. O governo brasileiro, respondendo a este fato, criou o centro agrícola de Clevelândia do Norte, “para permitir a retomada da influência brasileira, oferecendo desenvolvimento econômico e maiores equipamentos para a população brasileira” (GRANGER, 2014, p. 54). Para



um contingente militar brasileiro menos francófilo, a fronteira francesa representava uma ameaça pois possibilitava o contrabando bem como polo de migração centrífugo de brasileiros para a Guiana (GRANGER, 2014). Contudo, um olhar desenvolvimentista percebeu as possibilidades de comércio entre Caiena e Belém, e assim “Depois de ter destacado um fraco comércio informal apesar da exportação de gado paraense para Caiena que já se praticava, (Rondon) preconizava a construção de uma estrada ligando Macapá à fronteira do Oiapoque” (GRANGER, 2014, p. 55).

Essa estrada, que até hoje ainda não possui seu asfaltamento completo, é a atual BR 156, e esperou até os anos 1970 para ser iniciada sua construção, bem como demoraram as conexões comerciais. Afirma Granger (2014, p. 55) que, contudo, “a visita de Rondon e seus oficiais adjuntos marcou mesmo a tomada de consciência das fraquezas de uma fronteira marginal pela falta de soberania nacional”. Nesse âmbito, a Segunda Guerra mundial teve um papel decisivo no desenvolvimento das relações fronteiriças, como segue:

a partir de 1940, o Oiapoque separava o Brasil de uma colônia cuja metrópole, a França, era ocupada pela Alemanha nazista. Daí o projeto do presidente Vargas de ocupa-la preventivamente, decorrendo das decisões tomadas na cúpula de Habana em 1940. A ausência dos alemães que nunca invadiram a Guiana como a revolta dos franco-guianenses contra o governo colaboracionista em 1943, e que juntaram a França Livre do general De Gaulle, tornaram inútil essa ocupação. Porém, Vargas decidiu neste mesmo ano de 1943, depois de ter declarado guerra à Alemanha, separar do Pará o antigo Contestado, mais a margem esquerda do Amazonas com Macapá, para criar o Território Federal do Amapá, que assim contornava a Guiana Francesa. Esse novo território, muito dependente do governo central, foi administrado por um oficial do Exército, capitão Janary Nunes, aliás francófilo e francófono. O motivo de facilitar assim a militarização e o desenvolvimento desse território marginal concretizava as preconizações do general Rondon (GRANGER, 2014, p. 56).

Outro fator político de forte influência na fronteira Amapá-Guiana Francesa foi a Guerra Fria. Distrito ultramarino de um país com forte influência socialista, a Guiana Francesa representava um perigo para os militares brasileiros, já que o Brasil do governo Dutra, claramente pró-americano, rompeu os laços diplomáticos com os países comunistas da Europa. Foi levantada até mesmo a hipótese da compra da Guiana Francesa para a construção em Caiena de uma base naval para a proteção



das bocas do estratégico rio Amazonas. Este clima político tenso justificou temores que ao passar do tempo não foram confirmados. Apesar de tudo, o principal receio na região de fronteira por parte dos militares brasileiros continuou sendo a influência que a Guiana Francesa exercia na região do Oiapoque pouco povoado, desenvolvido e integrado à nação (GRANGER, 2014).

Assim, passado o período conflituoso do Contestado, conclui-se que as dinâmicas de interação fronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa ganharam, por parte de agentes governamentais, um aspecto de jogo de interesse e influências, manutenção da soberania e relações de poder. Subjacente aos aspectos políticos e governamentais, está a camada populacional em tráfego constante entre esses territórios, demandando ações de cooperação ao longo do século XX até os dias de hoje, envolvendo atores políticos no atendimento de demandas sociais. Silva (2017a) resume a interação entre brasileiros e franceses na fronteira Amapá-Guiana Francesa em quatro fases e com uma abordagem mais próxima do cotidiano dessa interação: primeira fase envolvendo os conflitos territoriais entre as potências colonizadoras europeias na América do Sul até a formação do Estado do Amapá em 1988; segunda fase a partir de 1965 com a construção de uma base aeroespacial de lançamento de foguetes em Kourou (Guiana Francesa), que atraiu um grande contingente de trabalhadores brasileiros para o trabalho na construção civil, abrindo assim um corredor migratório em direção à Guiana Francesa; terceira fase nas décadas de 1980 e 1990 com um novo movimento migratório de brasileiros em direção às Guianas como resultado da situação de instabilidade no Brasil e carência de empregos bem como o fechamento de garimpos, o que proporcionou uma busca ao ouro na Guiana Francesa e Suriname; uma quarta fase, em 1996, quando Brasil e França possibilitaram novas condições diplomáticas na região fronteiriça, que possui um marco simbólico na construção da Ponte Binacional.

Este novo momento de proximidade entre as nações francesa e brasileira no que tange a cooperação fronteiriça no final do século XX foi marcado pela firmação de um tratado denominado Acordo Quadro de Cooperação que, no seu artigo 6º, criou a Comissão Mista Transfronteiriça e “definiu a realização de consultas visando à cooperação entre as duas unidades regionais de fronteira a partir de interesse



comuns” (SILVA, 2017a, p. 63). Essa comissão realiza encontros e reuniões com representantes das unidades regionais com o intuito de definir pautas diplomáticas. Os temas discutidos no âmbito dessas reuniões são identificados por Silva (2017) em duas categorias, a saber, conflitos na faixa de fronteira e promoção da integração entre governos e a população que vive nos dois lados do rio Oiapoque. O autor afirma ainda que:

Desses encontros, algumas ações práticas apresentam resultados tangíveis. Nas áreas de educação e cultura, por exemplo, a França implantou no Amapá duas unidades: o Centro Daniëlle Miterrrand, destinado ao ensino da língua francesa, e o centro cultural Franco-Amapaense, destinado à exposição de artes, lançamento de obras literárias, formação de acervo bibliográfico e realização de cursos e oficinas. Esporte é outra área em que se desenvolvem ações conjuntas, com participação de clubes e atletas em eventos esportivos em ambos os lados. Intercâmbios universitários também progrediram, com ações conjuntas em projetos de pesquisa, inclusive em ciência e tecnologia (SILVA, 2017a, p. 123)

Como desenvolvimento das relações diplomáticas, levantou-se a proposta de construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, proposta essa defendida na segunda reunião da Comissão Mista Transfronteiriça, no ano de 1997, mas o acordo foi efetivado entre os dois países somente em 2005 e ratificado em 2007. Decorridas diversas reuniões das comissões técnicas, os presidentes brasileiro e francês (Fernando Henrique Cardoso – Brasil e Jacques Chirac – França) se encontraram na cidade de Saint-Georges (Guiana Francesa) em uma cerimônia para anunciar a obra que foi recebida com alegria pela população. Mas essa ponte foi concebida, segundo Silva (2017a) em torno de interesses estratégicos distantes da realidade da população local, como a aproximação brasileira junta à França na busca pelo apoio à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e a compra, por parte do governo brasileiro de equipamentos militares da França. Além disso, os interesses na construção da ponte eram encarados pela população também como distintos, já que:

A ponte foi incorporada na política francesa de controle na passagem de pessoas para a Guiana. Assim, ao concluir a obra, a infraestrutura de entrada na cidade de Saint-Georges estava pronta – postos policial e para fiscalização da entrada de objetos e bens. Se para os franceses a ponte é vista como um meio de controle, para os brasileiros a integração almejada não virá. Comenta-se na cidade de Oiapoque que



a ponte servirá apenas para as férias e passeios dos franceses no Brasil; para os brasileiros o acesso ao território francês continua dificultado em razão da necessidade de visto ou autorização para viajar à Guiana ou outra região do Platô das Guianas (SILVA, 2017a, p. 125).

Outro acordo formado pelas autoridades francesas e brasileiras diz respeito ao controle das regiões de garimpo ilegal na Guiana Francesa majoritariamente ocupados por brasileiros. Esse acordo autorizou a entrada da fiscalização francesa até 150 km do território brasileiro para apreensão de pessoas e materiais ilícitos, o que alimentou o sentimento que acredita que os brasileiros são alvos de preconceito por parte dos franceses, gerando uma série de moções por parte de juristas, políticos e população condenando o acordo (SILVA, 2017a)³.

A MIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA A GUIANA FRANCESA

Conforme estipulado pelo trabalho de Silva (2017a), existem quatro fases no processo de relações sociais na fronteira Amapá-Guiana Francesa. Duas destas fases, a segunda e a terceira, são marcadas pelo fluxo migratório de brasileiros para a região francesa, basicamente estimulado pela busca de trabalho e do ouro. Segundo o Consulado Geral do Brasil em Caiena (2017), a Guiana Francesa possuía, em 2016, uma população de 278.511 mil habitantes. Destes, 40.550 são brasileiros segundo o Itamaraty (2017). Um número expressivo, perfazendo mais de 10% da população local (GRANGER, 2012). É interessante notar que o número de brasileiros na Guiana Francesa atinge um tamanho próximo ao número de brasileiros na Argentina (46.870), país sul-americano que perde apenas para o Paraguai neste quesito com 332.042 brasileiros e permanecendo à frente de países como Chile (12.196), Bolívia (27.581), Colômbia (17.000), Peru (3.250), Uruguai (11.518) e Venezuela (28.533), que estão bem mais presentes no imaginário brasileiro (ITAMARATY, 2017). A Guiana Francesa é então o terceiro território nacional exterior na extensa faixa de fronteira brasileira na América do Sul em número de brasileiros. Silva (2017b) aponta mesmo a existência

³ Para uma leitura dessa região fronteiriça como estratégica e aprofundamento das relações de cooperação permeadas ainda por um efeito-barreira, conferir Silva (2013).



de bairros inteiros na área urbana guianense compostos majoritariamente por brasileiros.

Em sua tese de doutoramento, Pinto (2008) utiliza a expressão *fetichê do emprego* para justificar tal migração de brasileiros para o departamento ultramar francês num contexto de globalização que interfere nas relações de trabalho a nível internacional. O autor expõe como desdobramento desse processo a migração clandestina. Em suas palavras, ele narra como pôde “entrar no centro de Detenção da Polícia Aduaneira Francesa (PAF) e presenciar a situação de humilhação de centenas de brasileiros que são deportados toda semana para Belém e Macapá” (PINTO, 2008, p. 28). Ainda fazendo uso literal das palavras deste autor, é possível identificar o espectro social que perpassa os imigrantes brasileiros na Guiana Francesa, já que “dependendo da situação financeira, emocional e profissional, os imigrantes desenham/representam para si próprios e para os outros uma Guiana Francesa específica, extremamente subjetiva” (PINTO, 2008, p. 29).

199

Outro problema específico resultante da imigração clandestina diz respeito a existência de garimpos ilegais na Guiana Francesa fortemente ocupados por brasileiros. Segundo Furtado (2015), a busca pelo “Eldorado Francês” incita anualmente a corrida de inúmeros brasileiros para áreas de mineração ilegal, áreas essas isoladas e com mínimas condições para a ocupação humana. Este fator econômico proporciona o desenvolvimento de desdobramentos sociais no sentido de garantir assistência, lazer e segurança para os garimpeiros, gerando assim uma rede ilegal que preocupa as autoridades guianenses (FURTADO, 2015).

Na esteira de Pinto (2008) que ressalta a influência que a região francesa exerce sobre os brasileiros, Silva (2017b, p. 105) afirma que:

A intensa movimentação diária de migrantes na cidade do Oiapoque, no intento de atravessar o rio em direção à Guiana Francesa, é explicada em parte por causa da corrida aos garimpos, mas, sobretudo, por um aspecto que singulariza historicamente o constante interesse nessa região: a imagem que se construiu em torno da Guiana Francesa como sendo um pedaço da Europa na América do Sul.

Na sua formulação própria para a construção dessa influência, Silva (2017b) encontra dois momentos determinantes que contribuíram para a formulação desse



ideário, a saber, primeiramente a construção da base de foguetes em Kourou na década de 1960, com o estímulo do governo da Guiana Francesa em razão da carência de mão de obra local; em um segundo momento, ocorrido nos anos de 1990 a 2000, com a construção do Mercado Comum Europeu e adoção do Euro como moeda da comunidade europeia, França inclusive, e, conseqüentemente, da Guiana Francesa, consolidando a imagem da Guiana Francesa como um pedaço da Europa na Amazônia. Conta ainda o autor que:

Em suma, a Guiana Francesa atrai imigrantes pelas oportunidades de trabalho que oferece, pela possibilidade de acesso aos benefícios concedidos pelo governo francês e pelos ganhos financeiros. Estes ganhos, baseados no câmbio favorável do euro no Brasil, são remetidos aos lugares de origem do imigrante para sustento da família, para a aquisição da casa própria ou para investimento em algum negócio. As remessas são o fundamento da aventura migratória (SILVA, 2017b, p. 106).

Apesar do forte componente trabalho nas pesquisas de autores locais quanto a migração brasileira para a Guiana Francesa, o estudo que pretende-se desenvolver posiciona-se nos marcos de identificação das demandas por reconhecimento e aspectos simbólicos envolvidos na vivência desses imigrantes já que, em sua maioria ilegais, são alvo de constante policiamento e preconceito por parte dos guianenses, conforme vimos em Pinto (2008). Propõe-se que as demandas por reconhecimento estão diretamente vinculadas às concepções de justiça inerentes a esse grupo, nos moldes traçados por Cardoso (2016) em estudo realizado em favelas cariocas que percebeu que a noção de *justiça* possui uma conotação subjetiva próprias dos moradores das favelas no processo de significação da atuação do policiamento comunitário nos locais. Busca-se assim a compreensão desses sujeitos a partir da dimensão simbólica de sua reprodução como imigrantes ilegais na Guiana Francesa (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010). Essa dimensão simbólica também proporciona levantar os sentidos e as percepções dos imigrantes ilegais sobre sua condição na vivência cotidiana num território estrangeiro.

200

CONSIDERAÇÕES FINAIS



No presente trabalho foi delineado aspectos históricos, tempo presente, e migração clandestina na fronteira Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França). Conforme visto, pode-se dividir esta interação fronteiriça em quatro fases: do descobrimento e interesse das potências europeias, passando pelo conflito no contestado até a resolução deste no ano 1900; um primeiro momento de migração de brasileiros no período da construção da base aeroespacial de Kourou; um segundo momento de forte migração de brasileiros seguindo o sonho do *eldorado francês* possibilitado pelo euro; o momento presente, quando as relações de desconfiança mútuas que perduraram até meados da II Guerra Mundial cederam lugar à relações de cooperação transfronteiriça.

A despeito do longo histórico de conflitos e desconfianças, um grande fluxo de brasileiros migrantes adentra constantemente o território ultramar francês; esses imigrantes, na maioria das vezes clandestinos, passam então a lidar diariamente com uma série de barreiras, constrangimentos e impedimentos que dificultam a realização dos objetivos que os levaram a realização de seu sonho. Propõem-se aqui como delineamento de pesquisa, estudar os imigrantes a partir das demandas por respeito e de sua construção e vivência simbólicas no dia-a-dia de sua reprodução na sociedade guianense. Este trabalho posiciona-se assim num marco diferente dos trabalhos até hoje realizados sobre o tema ao evidenciar a dimensão simbólica em detrimento de análises que ressaltam na maioria das vezes a relação dos imigrantes com o mercado de trabalho e suas alterações com o advento da globalização.

201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, M. Apontamentos etnográficos sobre a percepção dos moradores de duas favelas cariocas acerca do policiamento comunitário. IN: MELO, J.; SIMEÃO, D.; BAINES, S. (orgs.). *Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade*. Natal: EDUFRN, 2016.



CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010, V. 53 Nº 2.

CAVLAK, I. *O Amapá no século XIX: desenvolvimento regional e novas configurações políticas*, mimeo, 2017.

FURTADO, H. da S. *Trabalho, migração e relações sociais: a presença de imigrantes brasileiros em áreas de mineração na Guiana Francesa*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNIFAP, 2015.

G1-AMAPÁ. Ponte entre Brasil e União Europeia é aberta no Amapá após 6 anos pronta. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/03/ponte-entre-brasil-e-uniao-europeia-e-aberta-no-amapa-apos-6-anos-pronta.html> Acesso em: 05 jul. de 2017.

GOES, S. S. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991.

202

_____. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.

GRANGER, E. Entre contenção e cooperação. A percepção da fronteira Guiano-Brasileira pelos militares brasileiros no século XX. *TRASHUMANTE – Revista Americana de História Social*, n. 3, pp. 48-73, 2014.

_____. O contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. Dossiê Guerras, Conflitos e Tensões, *Revista Cantareira*, Edição 17, jul-dez, 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (ITAMARATY). Brasileiros no mundo. Estimativas populacionais das comunidades. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2017



_____. Consulado-Geral do Brasil em Caiena. Disponível em:
http://caiena.itamaraty.gov.br/pt-br/guiana_francesa_-_informacoes.xml Acesso em
05 jul. 2017

PINTO, M. de J. de S. *O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. Tese (doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, 2008.

SILVA, G. de V. *A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ, 2013.

SILVA, J. M. da. (a) Dilemas da integração entre Brasil e França na fronteira sul-americana. In: SILVA, J. M. da. *Amazônia em contexto: uma perspectiva antropológica*, Curitiba: CRV, 2016.

_____. (b) Migrantes ilegais e a fronteira Amapá-Guiana Francesa. In: SILVA, J. M. da. *Amazônia em contexto: uma perspectiva antropológica*, Curitiba: CRV, 2016.

VIANA, J.; SILVA, D. *Cabralzinho: a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense*. Salto-SP: Schoba, 2012.